

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.983 - MG (2019/0257685-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO -
EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO : BRUNO SILVA NAVEGA - RJ118948N
RECORRIDO : RAYANE LARISSA DE ALMEIDA
ADVOGADO : FREDY STARLING MOTTA - MG108136
INTERES. : VIA BH COLETIVOS LTDA
ADVOGADOS : RONALDO MARIANI BITTENCOURT - MG053508
DENIO MOREIRA DE CARVALHO JR - MG041796
LUIS JUSTINIANO HAIK FERNANDES - MG153622

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 288):

AGRAVO INTERNO - INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA - DECISÃO MONOCRÁTICA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO - PESSOA JURÍDICA - LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA.

- Nos termos do § 7º do art. 99 do CPC, compete ao Relator a análise do pedido de gratuidade formulado em sede recursal. Há que ser mantida a decisão que indeferiu a justiça gratuita pleiteada, quando não demonstrada nos autos a incapacidade financeira do requerente.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 350-355).

Nas razões do especial, alega a recorrente violação dos arts. 98, 99, § 2º, 489, § 1º, IV, 932, III, 1.021, § 4º, 1.022, II, e 1.025 do Código de Processo Civil de 2015, além de divergência jurisprudencial.

Aponta omissão no acórdão recorrido, bem como, ausência de fundamentação, pois, com relação a documentação apresentada, que comprova sua alegada hipossuficiência, o Tribunal de origem pronunciou-se de forma absolutamente genérica, aduzindo que os documentos apresentados não são suficientes a conferir a gratuidade, bem como que o simples fato da instituição encontrar-se em liquidação extrajudicial não implica o automático deferimento da gratuidade, sem conceder prévio

Superior Tribunal de Justiça

prazo para a comprovação dos requisitos necessários a concessão da gratuidade de justiça.

Insurge-se quanto ao indeferimento da assistência judiciária gratuita, tendo em vista que "apesar da existência de patrimônio líquido, é imprescindível observar que, conforme consta do Relatório de Direção Fiscal elaborado pela SUSEP, o patrimônio da entidade, em 2015, já estava negativo no montante de R\$ 3.846.869,87 (três milhões oitocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e sete centavos), ou seja, cristalina é a insuficiência de recursos da companhia, que já possuía, no citado ano, capital muito inferior ao exigido pela autarquia fiscalizadora" (e-STJ, fl. 369).

Defende a necessidade de apreciação da integralidade dos documentos juntados para fundamentar a sua pretensão e o deferimento da gratuidade de justiça, ante a sua insuficiência financeira.

Defende ainda, a impossibilidade de julgamento monocrático do agravo de instrumento e que "a mera inadmissibilidade ou improcedência do recurso não é suficiente para ensejar a condenação do recorrente à multa" (e-STJ, fl. 387).

Requer, por fim, o afastamento da multa imposta.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 410).

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 411-415, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O recurso especial não merece prosperar.

No que se refere à preliminar suscitada, não observo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses da recorrente, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração, nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência. Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento.

Superior Tribunal de Justiça

Para tanto, basta o pronunciamento fundamentado acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, em que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe 3/8/2016.

Quanto à negativa da gratuidade de justiça, o Tribunal de origem assim consignou (e-STJ, fl. 290):

(...), não se tem dúvidas acerca da possibilidade de apreciação do pedido de gratuidade de justiça de forma singular pelo Relator.

Em que pesem as argumentações da parte Agravante, tenho que não restaram abalados os fundamentos da decisão recorrida, em que lhe foram negados os benefícios da gratuidade de justiça.

De fato, a parte Agravante demonstrou possuir débitos de elevada monta.

Contudo, é de se considerar que os seus ativos também estão alcançando alto valor.

Conforme se extrai dos documentos colacionados aos autos, a parte ora Agravante possui vultosa circulação financeira, a qual, a meu ver, é incompatível com a alegada incapacidade econômica.

Dita circulação e o porte da empresa indicam que há disponibilidade financeira e que, mesmo endividada, o recolhimento das despesas processuais não prejudicará as suas finanças.

Oportuno ressaltar que a gratuidade da justiça tem o objetivo de amparar as pessoas que possuem insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios e que, em razão de sua parca condição, não teriam acesso ao Poder Judiciário.

A análise, portanto, se atém à perquirição se a pessoa possui recursos que lhe permitam solver os ônus processuais, o que, a meu ver, restou demonstrado nos autos.

Como se vê, a conclusão a que chegou o Tribunal de origem, no sentido de acatar a possibilidade de apreciação do pedido de gratuidade de justiça de forma singular pelo Relator e de manter o seu indeferimento, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos, de sorte que a revisão dos fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas,

Superior Tribunal de Justiça

providência que esbarra na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. HIPOSSUFICIÊNCIA. COMPROVAÇÃO. SEGURADORA. COMPOSIÇÃO DA RESISTÊNCIA. HONORÁRIOS. MANUTENÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. JUROS. RELAÇÃO CONTRATUAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o fato de haver a decretação da liquidação extrajudicial ou falência não remete por si só ao reconhecimento da necessidade para fins de concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa jurídica.
4. Inadmissível, na estreita via do recurso especial, a alteração das conclusões das instâncias de cognição plena que demandem o reexame do acervo fático-probatório dos autos, a teor da Súmula nº 7/STJ.
5. É devida a correção monetária no regime de liquidação extrajudicial.
6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.323.108/ES, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 14.6.2019)

AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DO BENEFÍCIO. REVISÃO DA CONCLUSÃO ALCANÇADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. No tocante à pessoa jurídica, cabe consignar que, de acordo com o entendimento cristalizado na Súmula 481/STF: "Faz jus ao benefício

Superior Tribunal de Justiça

da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".

2. A conclusão a que chegou o Tribunal a quo, no sentido de indeferir a benesse pretendida, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos. Revê-la importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal pelo teor da Súmula 7 do STJ.

3. Ademais, conforme jurisprudência do STJ, ainda que em regime de liquidação extrajudicial, a concessão do benefício da justiça gratuita à pessoa jurídica depende da demonstração da impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDeI no AREsp 1.356.000/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 6.3.2019)

Quanto à apontada ofensa aos arts. 932, III, e 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em que se busca o afastamento da multa imposta na decisão monocrática do Relator que indeferiu o benefício da assistência judiciária gratuita, incide a Súmula 211 do STJ, por ausência de prequestionamento, não obstante a oposição de embargos de declaração. Assim, tais questões não estão em condições de serem analisadas em sede de recurso especial.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXTINÇÃO DO FEITO QUANTO À UM DOS DEVEDORES. PROCESSAMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS COOBRIGADOS. OBRIGAÇÃO AUTÔNOMA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS LEGAIS. SÚMULA 211 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não houve prequestionamento do artigo 265 do Código Civil e 178, § 1º da Lei n. 6.404/67, pois as questões neles insertas não foram objeto de debate no acórdão recorrido, nem nos embargos de declaração opostos. Incidência da Súmula 211/STJ.

[...]

4. Agravo interno não provido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no AREsp 1.176.871/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15.3.2018, DJe 20.3.2018)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

